



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 563338 - SP (2020/0045619-6)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : BRUNO BORTOLUCCI BAGHIM - SP258060
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : HENRIQUE ANTONIO RUIZ
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de HENRIQUE ANTONIO RUIZ, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o paciente foi condenado, em primeiro grau, a 5 meses e 13 dias de detenção, em regime inicialmente semiaberto, como incurso no art. 129, § 9º, do Código Penal (lesão corporal em âmbito doméstico).

O Tribunal *a quo* deu parcial provimento à apelação da defesa, reduzindo a pena para 4 meses e 20 dias de detenção. Opostos embargos de declaração defensivos, foram rejeitados.

No presente *writ*, a impetrante alega, em suma, que o Juízo de primeiro grau fixou o regime semiaberto sem observar o disposto no art. 387, § 2º, do Código de Processo Penal, ou seja, sem descontar o tempo de prisão provisória.

Requer, assim, que seja determinada a realização dessa detração.

Indeferido o pedido de liminar e dispensadas as informações, o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *mandamus* (fls. 79/81).

É o relatório.

Decido.

O presente *habeas corpus* não merece ser conhecido, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Contudo, passo à análise dos autos para verificar a possível existência de ofensa à liberdade de locomoção do ora paciente, capaz de justificar a concessão da ordem de ofício.

No caso, o magistrado de primeiro grau fixou a pena-base do paciente acima do mínimo legal, diante da existência de circunstância judicial desfavorável, e reconheceu a reincidência. Ao final, aplicou a pena em patamar inferior a 4 anos de detenção, a ser cumprida em regime inicialmente semiaberto.

A jurisprudência desta Corte possui o entendimento pacífico de que a existência conjunta de circunstância judicial desfavorável e reincidência justificam o agravamento do regime prisional. Sendo assim, mostra-se inócua, para fins de escolha do regime inicial, a discussão acerca da detração do tempo de prisão provisória (art. 387, § 2º, do Código de Processo Penal).

Nesse sentido:

HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO A RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL PELA NEGATIVA DE APLICAÇÃO AO CASO DA DETRAÇÃO. EXISTÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL NEGATIVA. PENA-BASE FIXADA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. REINCIDÊNCIA DE UM DOS PACIENTES. PENA SUPERIOR A 4 ANOS. REGIME INICIAL FECHADO CORRETAMENTE FIXADO PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

- No caso, porém, ainda que realizado o desconto do quantum da pena do período que os pacientes se mantiveram em custódia preventiva, não há constrangimento ilegal na fixação pelo magistrado de regime inicial fechado, para penas superiores a 4 anos de reclusão, pois pautado em fundamentação própria, como ressaltando pelas instâncias ordinárias, ante a existência de circunstância judicial negativa, tanto que a pena-base foi fixada acima do mínimo legal, bem como na reincidência de um dos pacientes, seguindo os parâmetros previstos no art. 33, §§ 2º e 3º, do Código Penal. Torna-se, assim, irrelevante o aproveitamento do tempo de pena cumprida em caráter provisório.

- Habeas corpus não conhecido. (HC 454.825/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 28/08/2018)

Por outro lado, a consideração desse período para fins de progressão de regime deve ser feita pelo Juízo da Execução Penal, uma vez que tal benefício depende também do preenchimento do regime subjetivo.

Ante o exposto, não conheço do *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 24 de março de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik
Relator